

HABEAS CORPUS Nº 548.930 - SP (2019/0358418-2)

RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI
IMPETRANTE : CIRLEY OTACILIA BERCOTT FAGUNDES
ADVOGADO : CIRLEY OTACILIA BERCOTT FAGUNDES - SP417060
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : LEANDRO ELOY SUNIGA (PRESO)
OUTRO NOME : LEANDRO ELOY GOMES SUNIGA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de LEANDRO ELOY SUNIGA, apontando como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO - HC n. 2228387-46.2019.8.26.0000.

Noticiam os autos que o paciente encontra-se preso preventivamente, nos autos da ação penal em que foi denunciado por ter supostamente praticado os delitos tipificados nos arts. 157, § 2º, inciso II, c/c o art. 71 e 180, todos do Código Penal (e-STJ fl. 15).

Aduz o impetrante a ausência de fundamentação idônea para justificar o decreto da segregação cautelar do paciente, destacando que a medida estaria embasada na gravidade abstrata do delito, reputando não atendidos os requisitos autorizadores da preventiva, previstos no art. 312 do Código de Processo Penal.

Sustenta, outrossim, que não haveria indícios mínimos de autoria em desfavor do réu, uma vez que "*as vítimas foram categóricas em afirmar que seus celulares foram roubados por pessoa que estava com o paciente, e não ele*" (e-STJ fl. 7).

Realça as condições pessoais favoráveis do paciente, que ocupação lícita e residência fixa, predados que lhe garantiriam o direito de responder à ação penal em liberdade.

Argumenta, por fim, a excepcionalidade da medida extrema, enfatizando que o acusado faria jus a substituição da preventiva por medidas cautelares descritas no art. 319 do CPP.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para que seja revogada a prisão preventiva do paciente, fixando, caso entenda necessário, medidas cautelares menos gravosas (art. 319 do CPP), expedindo-se alvará de soltura em seu favor.

É o relatório.

Este Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento no sentido de não mais admitir o emprego do habeas corpus para contestar decisão contra a qual exista previsão de recurso específico no ordenamento jurídico, **exatamente como ocorre no caso em exame**. Dessa forma, depara-se com flagrante utilização inadequada da via eleita.

Da análise dos autos, ao menos num juízo perfunctório, não se vislumbra manifesta ilegalidade no acórdão impugnado a ensejar o deferimento da medida de urgência.

Com efeito, a Corte de origem consignou que (e-STJ fls. 26-27):

[...]

O paciente foi denunciado pela suposta prática do delito previsto no artigo 157, § 2º, inciso II, c.c. com o artigo 71, ambos do Código Penal, porque, juntamente com Francisco Mauad Suniga, subtraíram, para si, mediante violência contra as vítimas Inaiara Costa Lopes e Shiley Marques Sigalo, um aparelho de telefone celular Motorola e um aparelho telefone celular Samsung J-7.

Da mesma forma, restou demonstrado o periculum libertatis, isso porque as circunstâncias do caso concreto, quais sejam, a prática de roubo majorado pelo concurso de pessoas e, em continuidade delitiva, demonstram a gravidade concreta da conduta praticada pelo paciente.

Há, de fato, necessidade de acautelar o meio social, evitando-se até mesmo a reprodução de fatos criminosos de mesma natureza e gravidade.

Nesse contexto, mostram-se insuficientes a aplicação das medidas cautelares alternativas ao cárcere previstas no artigo 319 do Código de Processo Penal.

Ademais, ressalto que, segundo posicionamento do C.

Superior Tribunal de Justiça, as condições subjetivas do paciente, por si sós, não afastam a decretação da prisão cautelar quando presente seus requisitos legais. Nesse sentido:

[...]

Assim, preenchidos os requisitos legais, correta a manutenção da custódia cautelar do paciente.

Por fim, cabe ressaltar que a participação do paciente na infração penal, trata-se de matéria de mérito da ação penal, que deverá ser provada durante a instrução processual. Desse modo, não havendo nenhuma ilegalidade patente, inviável sua análise na via estreita do habeas corpus.

Da leitura de tais argumentos não exsurtem, portanto, os necessários traços de ilegalidade manifesta na decisão objurgada para o deferimento da cautela requerida, já que, em sede de cognição sumária, não se verifica qualquer violação aos dispositivos legais apontados, sem prejuízo de uma análise pormenorizada da questão no momento oportuno.

É cediço que o deferimento do pleito liminar em sede de *habeas corpus* e em recurso ordinário em *habeas corpus*, em razão da sua excepcionalidade, enseja a demonstração e comprovação, de plano, do alegado constrangimento ilegal, o que não ocorre *in casu*.

Ante o exposto, **indefere-se a liminar.**

Solicitem-se informações à autoridade apontada como coatora e ao Juízo singular, encarecendo o envio dos esclarecimentos necessários ao deslinde da questão e, se houver, de senha para acesso ao andamento do respectivo processo.

Superior Tribunal de Justiça

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.
Publique-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

Ministro Jorge Mussi
Relator